

PF prende ex-ministro de Bolsonaro



Unidade da PM do Distrito Federal na qual Anderson Torres ficará preso Pedro Ladeira/Folhapress

Ex-ministro de Bolsonaro, Anderson Torres é preso pela PF ao voltar ao Brasil

Suspeito de omissão em ataques golpistas e alvo do STF, ex-titular da Justiça é o 1º ex-ocupante do cargo detido desde a redemocratização

Camila Mattoso

BRASÍLIA O ex-ministro da Justiça Anderson Torres foi preso na manhã deste sábado (14) pela Polícia Federal ao retornar dos Estados Unidos.

Torres é o primeiro a ocupar o cargo de ministro da Justiça a ser preso desde a redemocratização e o primeiro integrante do governo Jair Bolsonaro preso em consequência dos atos antidemocráticos. Ele foi levado para o 4º Batalhão da Polícia Militar, no Guará (DF), passou por audiência de custódia e deve depor nos próximos dias.

O ex-ministro da Justiça de Bolsonaro e ex-secretário da Segurança Pública do DF embarcou na noite de sexta (13) no aeroporto de Miami com destino a Brasília. A aeronave pousou por volta das 7h30.

Na terça-feira (10), o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), tinha determinado a prisão de Torres após os ataques golpistas contra as sedes dos três Poderes, no domingo (8).

Torres havia reassumido o comando da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal no dia 2 e viajou de férias para os EUA cinco dias depois. Ele não estava no Brasil quando Bolsonaro atacou o STF e depredaram o Congresso e Palácio do Planalto.

O então secretário foi exonerado do cargo por Ibaneis Rocha (MDB) no domingo, horas antes de o emedebista ser afastado do governo do Distrito Federal por ordem do STF.

Além de sua prisão, Moraes determinou buscas na residência de Torres. Na quinta (12), a Folha revelou que, durante a operação, a PF encontrou uma minuta (proposta) de decreto para o então presidente Bolsonaro instaurar o estado de defesa na sede do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O objetivo, segundo o texto, era reverter o resultado da eleição, em que Lula saiu vencedor. Tal medida seria inconstitucional. A PF vai investigar as circunstâncias da elaboração da proposta. Torres nega ser o autor da minuta e disse que um pilha de documentos na sua casa iria ser triturada.

Após a decretação da prisão, o ex-ministro e ex-secretário publicou nas redes sociais que regressaria ao Brasil para se entregar à Justiça. "Sempre pautei minhas ações pela ética e pela legalidade. Acredito na Justiça brasileira e na força das instituições. Estou certo de que a verdade prevalecerá", disse.

Ele também argumenta que



“Lamento profundamente que sejam levantadas hipóteses absurdas de qualquer tipo de conivência minha com as barbáries que assistimos. Estou certo de que esse execrável episódio será totalmente esclarecido”

Anderson Torres em mensagem divulgada na segunda (9), rechaçando envolvimento com ataques golpistas

havia um plano de segurança para conter os manifestantes que cometeram os atos de vandalismo no domingo.

Na sexta (13), o ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou que o governo pediria a extradição de Torres caso ele não voltasse ao país até segunda (16).

Ao justificar a medida contra Torres, Moraes disse que as condutas do ex-ministro de Bolsonaro e do ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal Fabio Augusto Vieira — que foi preso — são gravíssimas e colocam em risco as vidas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de congressistas e de ministros da corte.

Moraes disse que os fatos narrados em investigação da Polícia Federal, autora do pedido de prisão, “demonstram uma possível organização criminosa que tem por um de seus fins desestabilizar as instituições republicanas”.

O ministro do STF afirmou, em referência ao ex-secretário e ao ex-comandante: “A sua omissão ficou amplamente comprovada pela previsibilidade da conduta dos grupos criminosos e pela falta de segurança que possibilitou a invasão dos prédios públicos”. Em sessão virtual encerrada na quarta-feira (11), o Supremo referenciou, por maioria, a ordem de prisão preventiva (sem prazo determinado) expedida pelo ministro. Votaram contra os ministros Kassio Nunes Marques e André Mendonça.

Nesta sexta, Moraes acolheu pedido da Procuradoria-Geral da República para que Bolsonaro seja incluído no inquérito que apura a instigação e autoria intelectual dos ataques que resultaram na depredação das sedes dos três Poderes.

O pedido ao Supremo não é assinado pelo procurador-geral Augusto Aras, mas pelo subprocurador-geral Carlos Frederico Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, montado após os ataques do último dia 8.

Mesmo antes de ser exonerado da secretaria, Torres já estava na mira do governo Lula e de integrantes do STF, que temiam sua atuação na pasta dado seu histórico na gestão Bolsonaro. No início do mês, Flávio Dino editou uma norma que abriu espaço para que ele tivesse barrada sua nomeação do órgão do DF.

Segundo a regra, qualquer servidor vinculado ao Ministério da Justiça que respondesse a inquéritos não poderia ser cedido a outro órgão. Torres, policial federal, tam-

bém já era alvo de investigações relatadas por Alexandre de Moraes.

Ele foi ouvido e apontado como um dos organizadores da live de 29 de julho de 2021, quando o então presidente Bolsonaro levantou suspeita sobre a segurança das urnas sem apresentar provas.

Em junho passado, o então auxiliar de Bolsonaro ordenou a criação na PF de um grupo de trabalho para acompanhar a fiscalização das urnas, assegurar a “integridade” das eleições e “resguardar o Estado democrático de Direito, que exige integridade e autenticidade dos sistemas eleitorais”.

Aliados tentam livrar Ibaneis de culpa e criticam ex-ministro

Julia Chaib, Thiago Resende e Catia Seabra

BRASÍLIA Integranes do Governo do Distrito Federal atribuem as falhas que levaram a invasões das sedes dos três Poderes no domingo (8) à atuação do ex-secretário de Segurança Anderson Torres e buscam eximir de culpa Ibaneis Rocha (MDB), afastado do comando da gestão.

Aliados do governador avaliam estar “claríssimo” que houve responsabilidade de Torres nas cenas de depredação e vandalismo.

Também insinuam que o ex-secretário teria armado para o governador afastado. Como exemplo, dizem que Torres exonerou parte da cúpula da secretaria, que havia organizado a preparação da posse de Lula. Da mesma forma, desativou o núcleo de inteligência que havia na pasta.

O discurso do grupo político de Ibaneis é que Torres teria desestruturado a segurança do DF e viajado para a Flórida deixando o governador afastado de “mãos atadas”.

A expectativa de aliados de Ibaneis é que ele conseguirá se livrar na Justiça das acusações de não ter atuado para impedir os ataques golpistas. A estratégia é mostrar a responsabilidade do ex-secretário nas falhas da segurança do DF.

Questionado se sentia-se vítima de uma sabotagem praticada por Torres, Ibaneis afirmou: “De toda a equipe da segurança, que descumpriu o plano de contingência estabelecido em reuniões conjuntas ocorridas nos dias 6 e 7”.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4